

ATA N.º 26/2022

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2022

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Peniche, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Ângelo Miguel Ferreira Marques, Cristina Maria Luís Leitão, Ana Margarida Silva Batalha e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Ordem do dia: -----

----- Educação:-----

-----Ponto único - Revisão da Carta Educativa – Pelouro da Educação. -----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta pelo senhor Presidente eram dezanove horas e vinte minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

O senhor Vereador Afonso Rosário Costa Clara não participou na reunião, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

Esteve presente a senhora Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

EDUCAÇÃO:

Ponto único - Revisão da Carta Educativa – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 1031/2022: A Câmara Municipal apreciou e discutiu a proposta relativa à Revisão da Carta Educativa – Volume I, elaborada pela empresa Quaternaire Portugal. Deliberado, por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, agendar o assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião de Câmara. Ficarão registadas em ata as intervenções dos membros da Câmara Municipal referente a este assunto.-----

Relativamente ao ponto em apreço registram-se as seguintes intervenções:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

-Disse que a Carta Educativa deverá ser estratégia em termos do equipamento escolar do concelho e considerou a proposta objetiva e fundamentada. Acrescentou que a estratégia da Educação era muito mais que a Carta Educativa, sendo fundamental evoluir, redefinir objetivos e ter atenção a evolução do concelho, o desenvolvimento económico, as oportunidades e as novas apetências. Terminou agradecendo à equipa da Quaternaire e a todos que estiveram envolvidos naquele processo.-----

Senhora Vereadora Ana Batalha:

-Esclareceu que última reunião de Câmara aquilo que foi apresentado pela empresa Quaternaire se

respeitavam aos traços gerais e, em particular, a proposta de reordenamento da Rede Educativa, questão sobre a qual teriam de se pronunciar. Acrescentou que a proposta resultava de um segundo diagnóstico que registava o agravamento das condições dos vários equipamentos escolares bem como a necessidade de requalificação nos equipamentos existentes. Disse que a situação de ter Escolas de 1.º Ciclo predominantemente escolas do centenário, tanto na cidade como na zona rural, com condições impactantes pela negativa na qualidade e eficiência das aprendizagens, implicam o investimento na construção de novos equipamentos e o alargamento e requalificação de equipamentos existentes, ou seja, a modernização do parque escolar. Explicou que aquela modernização implicava um reordenamento da rede e reforçou a importância de se assumir aquela ambiciosa proposta de investimento como uma prioridade. Clarificou que naquele dia lhes era pedido uma apreciação dos volumes apresentados no passado dia 14. Sobre o segundo volume, que não foi enviado ainda aos senhores Vereadores, disse tratar-se de um plano estratégico, com atividades, que se mantinha aberto com dois anos de validade de dois anos e disse que na própria Carta havia sido elaborado um levantamento dos programas a que o Município se poderia candidatar para realizar as intervenções. Enumerou os passos necessários à revisão até chegar à Assembleia Municipal. Concluiu com a consideração de ser importante ter o documento definido para poder suportar, justificar e não perder oportunidade de concorrer aos financiamentos. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

-Disse que os *stakeholders* da área da educação que fazem parte do Conselho Municipal de Educação, a seu entender, serão mais entendidos em poder pronunciar-se, pelo que aguardavam a pronúncia, os contributos e a apreciação do Conselho Municipal para depois se pronunciarem. Agradeceu o trabalho de todas as pessoas envolvidas e que prestaram o seu contributo. Garantiu que percebia a necessidade de se ter um documento ambicioso, porém concluiu que o “excessivamente ambicioso” se pode traduzir num texto lírico e que o pretendido será um documento exequível. Concluiu agradecendo ao Pelouro da Educação.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

-Esclareceu que eram dois os objetivos prioritários em termos de investimento, concretamente a Escola Básica 1,2,3 de Peniche com a construção de um pavilhão e ampliação de dez salas, e a Escola Básica de Atouguia da Baleia, com o melhoramento da biblioteca, a reabilitação e os melhoramentos no pavilhão e a requalificação de salas. Referiu que a Escola Secundária necessita de um grande investimento e que a Escola Básica da Prageira tinha uma localização privilegiada, que poderá merecer uma renovação e ampliação, com um refeitório e em simultâneo defender-se a construção de um novo Centro Educativo na zona de Geraldês para servir melhor a zona sul do concelho e a Bufarda. Manifestou a sua vontade para com a estratégia de tratar da elaboração dos projetos de execução daquelas duas primeiras prioridades logo após a aprovação da Carta Educativa e priorizar as restantes intervenções de acordo com as indicações da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e oportunidades de financiamento. -----

Senhora Vereadora Clara Abrantes:

-Agradeceu todo o trabalho feito pela empresa, pelo Executivo nomeadamente o da Vereadora Ana Batalha naquele que considerou não ser um processo fácil, mas importante de estar aprovado, para que seja clara a condução na área e oportunidades de investimento. Disse que gostaria de ter tido mais tempo para refletir e manifestou a sua preocupação sobre as fragilidades do tecido social plasmadas no diagnóstico ao nível da escolaridade e da percentagem de retenção dos jovens. -----
-Afirmou ser importante atualizar também o diagnóstico social. -----
-Relativamente aos equipamentos disse que a Coligação Democrática Unitária, ao longo dos doze anos que esteve à frente do destino da Câmara Municipal pautou por sempre por um propósito que

foi o de ter estruturas educativas com proximidade de pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, ainda que tivesse havido pressão no sentido dos megas agrupamentos e da centralização. -----

-Lamentou a proposta de suspensão do Jardim de Infância da Colónia Balnear porque na altura da Coligação Democrática Unitária houve um investimento bastante considerável e considerou que se devia pensar no que significaria a perda da proximidade dos equipamentos no acompanhamento das crianças por parte das suas famílias. -----

-Relativamente ao investimento proposto na Carta Educativa, disse que é extremamente abrangente e ambicioso. Disse que era importante avançar, mas com as prioridades bem definidas, porque da maneira que estava não se conseguia avançar. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

-Disse que, em complemento do que havia sido dito e das considerações efetuadas, achava benéfico terem sido elencadas as várias intervenções propostas. Manifestou desconhecer valores, e referiu a importância de mostrar custos unitários e custos estimados. Disse que do ponto de vista do diagnóstico o conteúdo do documento estava bem feito, era completo e fazia referência inclusive às prioridades mais básicas, aquelas que tinham de ser concretizadas do ponto de vista das pequenas obras e que não estavam relacionadas com qualquer estratégia. Considerou que será pouco provável conseguir colocar tudo no Plano Diretor Municipal, porque o orçamento municipal não irá permitir todo o investimento e que mesmo a Carta Educativa mencionando as necessidades, depende do PDM – Plano Diretor Municipal. Referiu que os outros municípios não estavam a elencar no Plano Diretor todas as prioridades, porque depois as contas não batiam certo com o proposto e perguntou de que maneira se vai salvaguardar no próprio Plano aquilo que não se vai colocar, considerando de grande dificuldade articular os vários instrumentos de gestão territorial. Mencionou que sabia que a Carta Educativa estava a ser perspectivada por tempo determinado concluindo, por isso, era importante o faseamento dos valores e do tempo das intervenções. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

-Concordou com a vereadora Cristina Leitão na questão do Plano Diretor Municipal pela grandeza e ambição dos investimentos perspectivados e a importância de a Carta Educativa assumir aquela estratégia. Chamou a atenção para a necessidade de identificar as prioridades no Plano Diretor e elencar em termos de Carta Educativa o restante, sem esquecer que, enquanto durarem as oportunidades se deviam aproveitar os fundos comunitários a oitenta e cinco por cento, até porque se tivéssemos avançado com os projetos de forma atempada, poderia estar a acontecer com o parque escolar o que estava a acontecer em relação à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. -----

Senhora Vereadora Ana Batalha:

-Afirmou que a Carta Educativa era um instrumento de planeamento a dez anos, que incluía uma projeção do que seriam as intervenções e os investimentos a curto, a medio e a longo prazo. Disse que o Plano Diretor Municipal tinha evidentemente que espelhar o era proposto na Carta Educativa e que a legislação referia que tinha de haver articulação entre a Carta Educativa e o Plano Diretor Municipal. Reforçou a identificação das prioridades das duas escolas que o senhor Presidente enumerou nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências e que o Ministério da Educação e Ciência se tinha comprometido, mas que as outras escolas teria de se recorrer às possibilidades de financiamento, de modo que as restantes prioridades, terão de ser ajustadas em função das oportunidades de financiamento as intervenções terão de ser articuladas, em funções das oportunidades que forem surgindo. Disse que a Carta Educativa de 2007 também era ambiciosa em termos de construção e apenas se conseguiu fazer o Centro Escolar de Atouguia da Baleia e que houve a preocupação em fazer investimentos e até se verificou alguma valorização,

mas reforçou que não foram criadas as devidas condições relativamente a equipamentos e espaços para os as várias valências necessárias. -----

-Solicitou aos serviços de Apoio aos Órgãos Municipais que fosse enviado aos senhores vereadores o segundo volume da Carta Educativa. Salientou o desejo da Carta Educativa estar em permanente construção após aprovação e que o Plano Estratégico Municipal Educativo, define os eixos de intervenção a nível educativo, enquanto que o primeiro volume interferia com a rede educativa e com a reorganização dos vários Agrupamentos. Disse que a junção de escolas servia para reforçar e rentabilizar recursos humanos e materiais e referiu que se deviam focar no objetivo que considerava fundamental que era em primeiro lugar melhorar as condições educativas do território. Acrescentou que o segundo volume tinha como estratégia a valorização em termos pedagógicos de projetos educativos, apontando alguns caminhos e reforçando o assumir dos valores da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Comunicou que o Município de Peniche integrava ativamente alguns grupos de trabalho dentro da Rede nacional forma ativa na perspetiva de sermos um território educador. Concluiu dizendo que estava a trabalhar com os Agrupamentos na Comissão Permanente de Proximidade em reuniões mensais e que considerava estarem a obter bons resultados. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Afirmou que, em termos de análise, a Educação deu um salto muito grande nos últimos anos, manifestando a sua tristeza para com projetos que poderiam ter avançado há algum tempo porque o caminho não foi construído atempadamente, o caminho em termos de projetos para se aproveitarem as oportunidades. -----

Senhora Vereadora Clara Abrantes:

- Recordou as intervenções feitas no parque escolar na altura em que esteve no poder, um investimento que disse rondar cerca de três milhões de euros e que na altura se fez um esforço para que todas as escolas de Peniche fossem alvo de alguma intervenção no concelho. Disse que houve um investimento grande, mas que fazer a manutenção de todos os equipamentos é que será desafiante para o município. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a partir do momento que se deu a descentralização de todo o parque escolar para o Município a exigência passou a ser enormíssima. Referiu que estava a ser sensível ao que a vereadora referiu, na elaboração dos projetos porque no fim de contas tratava-se de património propriedade municipal. Nos projetos que serão feitos porque é património que passa a ser do município. -----

Senhora Vereadora Ana Batalha:

- Afirmou que habitualmente costumava dizer que gostava de ter escolas mais verdes, mais azuis, digitais e inclusivas e reforçou que os equipamentos existentes no concelho, as escolas do concelho não correspondiam e não respondiam às necessidades atuais. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1032/2022: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte horas e vinte e dois minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 03 de março de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
